

A TRÍADE TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: ENTREVISTA COM EDNA GARCIA MACIEL FIOD¹

Carolina Picchetti Nascimento²
Nise Maria Tavares Jinkings³
Adriana D'Agostini⁴



¹ Entrevista recebida em 15/05/2026. Aprovada em 18/07/2026. Publicada em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.72536>

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: carolina_picchetti@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9836995041167624>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8146-6771>.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professora titular no Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: nisemj@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6713552394359046>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9621-5219>.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: d.agostini@ufsc.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5137757620645835>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1347-4198>.

Edna Garcia Maciel Fiod foi cofundadora do Núcleo de Estudos sobre “Transformações no Mundo do Trabalho”- TMT, que completou 30 anos de existência em 2025. Ao longo desse tempo, Edna sempre se dedicou a investigar a relação entre trabalho e educação, o que nos fez considerar a relevância de convidá-la como entrevistada deste dossiê. Nesta entrevista, ela revisita o trabalho desenvolvido no núcleo, percorre a história da escola até os dias atuais e reflete sobre uma nova escola em um mundo sem trabalho.

Edna possui doutorado na área de história e filosofia da educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e publicou artigos em periódicos especializados, trabalhos em anais de eventos, livros e capítulos de livros. A entrevista ocorreu no dia 1 de Abril de 2026, na sala TMT, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Entrevistadoras: Edna, agradecemos muito o aceite para participar dessa entrevista que irá compor o Dossiê temático Educação Escolar, Luta de Classes e Transformações no Mundo do Trabalho, na Revista *Trabalho Necessário*. Nós pensamos em três perguntas centrais para orientar esse diálogo e a primeira pergunta refere-se à sua trajetória como cofundadora do Núcleo de Estudos sobre “Transformações no Mundo do Trabalho” - TMT, que completou, em 2025, 30 anos de existência. Gostaríamos de ouvir os seus principais destaques em relação às atividades e pesquisas produzidas pelo Núcleo, os conteúdos e os modos de organização dessas atividades.

Edna: *Antes de mais nada, quero agradecer pelo convite, é sempre muito bom a gente lembrar um pouco a história, contar essa história, porque o TMT sempre foi um desafio teórico estimulante. Quanto aos processos desse núcleo de pesquisa, duas características foram fundamentais na sua constituição: o trabalho coletivo e a livre adesão. Qualquer um podia participar do grupo desde que tivesse disposição para contribuir com distintas questões teóricas emergentes. Essa forma de trabalho foi desenvolvida pela professora e pesquisadora Bernardete Wrublevski Aued, pois minha trajetória no TMT foi interrompida. Logo depois da criação do núcleo, me afastei*

da UFSC para realizar o curso de doutorado, fora de Florianópolis. Só retornei em 1995. Então, coube à professora Bernardete desenvolver a matriz fundante do TMT: o trabalho intelectual coletivo. Penso que essa inspiração desafiadora conferiu algo inédito na universidade, na década de 1990.

Todos os participantes liam um mesmo texto e todos, indistintamente, apresentavam sugestões, críticas e alterações, quando necessárias: TCCs, projetos de doutorado, projetos de dissertação, artigos, relatórios de pesquisas, eram avaliados coletivamente. Não havia hierarquia. A mesa redonda, que ainda existe aqui, no TMT, configura a concretização dessa forma democrática de trabalho que se revelou deveras eficaz no modo de fazer pesquisa, e também, quanto à qualidade dos textos produzidos. Dentre os participantes do TMT havia doutores, bolsistas de graduação e pós-graduação de diversas áreas, além de participantes vindos de fora da UFSC. Penso que o grande feito do TMT foi, dentre outros, evidenciar a superioridade da produção coletiva do conhecimento, embora esta também supunha trabalho individual.

Todas as atividades do TMT, inclusive pesquisas, eram desenvolvidas a partir de um ponto central: “transformações no mundo do trabalho” e “relações com o processo de emancipação social”. É preciso deixar claro que não havia um dado a priori, um caminho que o TMT deveria seguir. Pelo contrário, são os distintos problemas sociais que impõem aos pesquisadores do TMT, a necessidade de dar respostas a questões históricas que persistem, ainda hoje, no Brasil. A meu ver, três eixos de pesquisa se constituem na prática, segundo a formação e a experiência das coordenadoras do TMT. Um primeiro eixo estava focado no Trabalho, Educação e Relações Sociais, o que incluía qualificação para o trabalho, requalificação profissional e processos produtivos, educação geral e educação escolar, formação de professores e movimento de transformação social. Um segundo eixo estava focado nas Transformações do Processo de Trabalho, suas consequências sobre a classe trabalhadora, como extinção de profissões, sentidos do trabalho, desemprego, precarização do trabalho, trabalho infantil, lutas do trabalhador na sociedade contemporânea. E um terceiro eixo estava voltado para os Processos Sócio Educativos do Campo, abrangendo qualificação dos trabalhadores do MST, êxodo rural, subemprego e desemprego, cooperativismo, trabalho sazonal nas plantações agrícolas, dentre outros.

Em relação a resultados alcançados, penso que a longa existência do TMT se deve, sobretudo, à sua proposta de formação marxista que possibilitou uma crítica radical à sociedade burguesa e ao liberalismo. Além disso, nos tempos em que participei do TMT, presenciei o surgimento de muitos resultados advindos de seu processo de produção coletiva. Vou relacionar alguns exemplares, para que se possa ter uma ideia geral das realizações do núcleo.

Em 2003, fizemos um seminário chamado Vida e Morte do Trabalho. Participou o Ricardo Antunes e o grupo Crises da USP. Se dizia: o trabalho tá morto. Não existe mais trabalho. Foi um seminário que, naquele tempo, que já não tinha muita mobilização, lotou o auditório. As pessoas ficavam sentadas na escada, foi o maior sucesso. O Idaleto (Idaleto Malvezzi Aued) participou também. Foram discussões de alto nível: discutir a sociedade capitalista, as coisas que as caracterizam, os processos produtivos, a transformação social e possibilidades. Foi muito interessante. Porque essa história de que o trabalho está morto é muito complicada: tem trabalho até hoje no mundo! Enquanto estivermos no capitalismo, vai ter o trabalho assalariado.

Existem livros fruto desse processo, por exemplo, Educação para o (des)emprego (1999), que são resultados dessas discussões também coletivas. E existem diversos trabalhos que passaram pelo grupo. Por exemplo, tem o Caneta e enxada: a relação trabalho-educação no MST, da Sandra (Sandra Luciana Dalmagro). Tem uma dissertação de um rapaz que eu orientei e que depois publicou em livro, Conversa de quiosque: os burros perderam o emprego! (de Nelci Moreira de Barros, 1999). Neste trabalho Nelci mostra que o aparecimento da eletricidade, no começo do século XX, na capital do Rio de Janeiro, substituía a carroça como meio de transporte principal. Daí em diante, bondes elétricos passam a circular pela cidade. Então, os burros que puxavam as carroças vão sendo dispensados dessa tarefa e, junto com eles, o carroceiro, os artesãos dessa época, as cutelarias, criadores de arreios, dentre outras profissões. Nelci traz um conto do Machado de Assis para discutir esse processo e vai problematizar a ideia de que, agora, esses desempregados poderiam encontrar trabalho na indústria emergente. Pensar isso seria o mesmo que pensar que os burros substituídos poderiam ser utilizados na fabricação de bondes!

Tem um outro trabalho que quero destacar aqui: A indústria no sertão do Ceará: um estudo de caso sobre o processo da industrialização do Ceará e as implicações para a qualificação dos trabalhadores sobre a indústria no sertão. A estudante fez um

estudo de caso sobre a expansão da industrialização no interior do Ceará e a implicação para a qualificação dos trabalhadores (trabalho de Nádia Jane de Souza, de 2001). Debates nos anos 1990 apontam sobre a necessidade de qualificar o trabalhador diante da chamada reestruturação produtiva. Formulações reiteram que a produção flexível necessita de operários com maior escolarização, criativos, autônomos - indivíduos polivalentes. O estudo de caso realizado pela Nádia, focalizado numa indústria de calçados do Rio Grande do Sul que se desloca para o sertão do Ceará, surpreende. A mudança geográfica de uma indústria vinda de uma região mais desenvolvida para uma menos desenvolvida, deu origem a muitas indagações. No Ceará, a indústria pesquisada floresce em meio à baixa escolaridade, com operários sem qualificação e experiência no trabalho fabril. Parece que o deslocamento de empresas de regiões consideradas desenvolvidas para as de menor desenvolvimento, não confirmam as teses gerais sobre as novas qualidades exigidas ao trabalhador. No Ceará, a indústria calçadista aumenta sua produção e consegue se manter competitiva nos mercados nacional e internacional. A produtividade dessas fábricas mantinha-se igual, mesmo considerando que a maioria dos trabalhadores não eram alfabetizados, não tinham qualificação específica, mas conseguiam produzir sapatos. Ocorre que não eram mais os trabalhadores que produziam os sapatos, eram as máquinas. Esse tipo de pesquisa é muito desafiadora, pensando o discurso de que “é preciso qualificar para o trabalho”. O que significa “qualificar para o trabalho” se as indústrias contratam trabalhadores não alfabetizados, sem nenhum grau de escolarização e, mesmo assim, conseguem manter a mesma produtividade? E a indústria economizava com isso, inclusive porque os trabalhadores não tinham nenhuma organização lá, nunca tinham sido assalariados antes.

Vou citar mais um trabalho, este discutindo o absenteísmo no Instituto, chamado: Absenteísmo e Plantão Pedagógico no Instituto Estadual de Educação, da Lilian Deise Guizoni, que hoje é professora na UFSC. Então, reforço que os resultados do TMT foram incríveis. Muitos que passaram pelo TMT viraram professores, ingressaram em universidades federais etc. Diante do grau elevado de absenteísmo de professores efetivos do Instituto Estadual de Educação, uma escola com cerca de 7.000 alunos, é criado um Plantão Pedagógico destinado a resolver o problema: o que fazer com alunos que deveriam permanecer na escola aguardando a aula seguinte? A resposta da instituição foi contratar professores temporários (ACTs), cuja

finalidade era permanecer com alunos de diferentes turmas numa determinada sala de aula, todavia, sem dar aula. O que significa a contratação de professores nessa condição? Aumento do subemprego e precarização do trabalho docente e discente. Revela ainda, a ausência de espaços educativos em que os alunos pudessem ler, ver um filme, ou descansar nessa escola pública.

Teve um trabalho, por exemplo, sobre a desqualificação do trabalho docente em Santa Catarina, que foi feito em Joaçaba, realizando um levantamento sobre a quantidade de ACTs atuando. Os dados coletados referem-se à década de 1990 e em todas as escolas estaduais das 12 regiões pesquisadas, os dados apurados mostraram uma mesma realidade. Dos quadros totais de professores cerca de 70% ou mais, desses, eram de professores temporários (ACTs). Por conseguinte, a expansão da educação pública na região pesquisada se fez às custas de trabalho precarizado, de subcontratados, em detrimento da condição dos professores efetivos, concursados e com direitos. Contudo, ao final da década de 1990, houve uma queda repentina de professores ACTs o que inverteu repentinamente a situação. O fato é que professores efetivos do quadro geral passaram a ser maioria. Como se deu isso? Por meio de dois procedimentos do governo: concessão de um abono financeiro para professores assumirem aulas dos ACTs. Professores efetivos de cada escola poderiam acrescentar 10 e/ou 20 aulas semanais para além dos seus contratos de 40 ou 30 aulas. Ainda, efetivos cedidos para outras instituições foram chamados de volta para assumir aulas. Foi aí que nós descobrimos que havia uma intensificação do trabalho do próprio professor efetivo. São duas coisas sempre conjugadas. Não se expande verdadeiramente a escola pública, com estabilidade, com professores concursados, tem-se sempre um jeito de precarizar isso, inclusive nas universidades. Porque quanto mais precarizado o trabalho, com muitos desses trabalhadores temporários, amplia-se o medo de entrar nas lutas.

Entrevistadoras: Edna, se você achar que tudo bem, creio que possamos ir para a segunda pergunta. Tem um texto seu que foi e segue sendo referência para aqueles que buscam compreender as relações entre Trabalho e Educação, chamado Politecnia: a educação do molusco que vira homem, publicado em 1999 no livro Educação para o (des)emprego, da Editora Vozes. Se você pudesse revisitar

esse texto, o que destacaria como sínteses e problemáticas que permanecem atuais e o que você atualizaria diante das transformações no mundo do trabalho e na escola na contemporaneidade?

Edna: *Esse texto foi publicado em 1999. Em primeiro lugar, ao revisitar o texto, penso que, de alguma forma, foi dada uma resposta à formulação de que a educação politécnica seria solução quanto à formação integral, ao pressuposto, segundo o qual, estava emergindo um novo sujeito com a chamada produção flexível da riqueza.*

A década de 1990 é pródiga quanto a discussões sobre relações entre trabalho e educação. Naquela época, teve um discurso muito forte dizendo que a Politécnica era o novo, que ia formar um homem plenamente desenvolvido. Aquilo começou a me incomodar, porque como é que a gente pode achar que no interior do capitalismo, no qual o trabalhador não passa de força de trabalho, como este trabalhador pode ser pleno se ele está atrelado aos grilhões de uma necessidade que nem é mais sua, mas serve para atender e produzir riqueza alheia? Não tem como você ter um homem plenamente integral. Então, eu comecei a estudar e chegou em uma passagem do Marx, no livro O Capital-Volume 1, que ele vai dizer que a Politécnica é uma necessidade do próprio processo de trabalho, do próprio processo produtivo, porque a sociedade capitalista é a única que muda incessantemente a maneira das suas relações de produção, cria novos processos produtivos e isso altera fundamentalmente a qualificação do trabalhador. Marx vai falar do “homem plenamente desenvolvido”, ele usa esse termo, e é aí que pode estar a confusão. Mas eu entendo que quando Marx diz isso, ele está falando “plenamente desenvolvido” em relação ao trabalhador coletivo, que vem do período manufatureiro ou da manufatura. Então, Marx vai dizer: você precisa de uma pessoa que faça funções dentro do mesmo processo de trabalho e cita o depoimento de um trabalhador: “Ah, eu nunca pensei que ia ser fundidor, consertar telhado etc., e agora eu me sinto menos molusco e mais homem”.

Na Educação essa ideia da “politécnica” era muito forte. Incentivados pela conjuntura em que ocorre o surgimento da novidade, da reestruturação produtiva, educadores, intelectuais e pesquisadores despendem uma grande energia na elaboração de propostas educacionais destinadas a reformar instituições

educacionais. Nesse cenário efervescente, a politecnia ganha força. Talvez pelo seu caráter messiânico, pela crença de que o trabalhador da era eletrônica se libertara do trabalho manual repetitivo, massacrante, da execução de uma única tarefa a vida toda e da obliteração intelectual, herdado da Revolução Industrial. Acreditam que a produção flexível requer um trabalhador versátil, criativo, capaz de executar tarefas diversas, inteligente e capaz de propor soluções a problemas ao seu redor, colaborativo e trabalhar em equipe.

Em termos de sínteses, penso que vale a pena imaginar o que aconteceria se, num passe de mágica, trabalhadores fossem, sem exceção, devidamente qualificados para distintos trabalhos, isso mudaria sua existência? A escolarização plena de todos os cidadãos alteraria a exploração do trabalho? Por mais perfeita que fosse a educação, ela alteraria a essência das relações humanas fundadas na lei da produção da mais valia, pressuposto da exploração capitalista?

Nós estávamos fazendo esse livro (Educação para o (des)emprego) em plena época do governo Fernando Henrique Cardoso e do neoliberalismo batendo com força na gente aqui. No texto, mostro que o caráter do trabalho na sociedade capitalista não é mais o trabalho necessário, não é mais o trabalho útil. Penso que esta é uma das grandes confusões na área de educação e trabalho: não se consegue compreender qual é o caráter do trabalho na sociedade burguesa. Tem um capítulo inteiro sobre a mercadoria (no livro O Capital), para explicar o que é o trabalho humano abstrato: Marx está dizendo que o trabalho humano abstrato é a ruptura com qualquer resquício do trabalho individual e do trabalho útil. Embora o trabalho no capitalismo apareça como trabalho útil, não tem mais nada a ver com ele. Marx mostra como o trabalho útil, necessário, da civilização anterior, toma forma do seu oposto, do seu contrário: o trabalho abstrato. É muito interessante ver essa passagem.

Então, para elaborar esse texto (Politecnia: a educação do molusco que vira homem), assim como outros, eu enfrentava e sigo até hoje enfrentando a seguinte questão: Como a escola se insere na tríade trabalho, educação e sociedade? Minha intenção era mostrar que não tem nada de novo na “politecnia”, que isso é uma necessidade dos próprios processos produtivos e que se queremos um homem plenamente desenvolvido, é preciso constituir uma forma de vida diferente da que nós conhecemos hoje. Eu acho que o que eu gostaria de deixar mais claro nesse texto é que as minhas reflexões sobre escola, sobre educação, de modo geral, se pautam

num único objetivo e acho que esse foi sempre o meu pressuposto: quero apreender, por meio dessa especificidade (a educação), o movimento que compõe a transformação social, apreender como essa especificidade expressa o movimento geral da sociedade rumo à emancipação social. Porque esse movimento vai apontar, inclusive, a superação da própria educação escolar.

Marx vai dizer que se queremos fazer ciência é preciso explicar determinada ordem de relações e analisá-las até as minúcias, como ele mesmo fez. Mas não só isso, o mais importante é explicar a necessidade de transformação dessa ordem de relações em novas ordens. Trata-se de perceber o movimento do real, o que faz com que a sociedade burguesa seja aquilo que ela é e, ao mesmo tempo, ser o patamar necessário para a emancipação social.

Quando eu estudo a escola, a relação escola e trabalho, eu quero saber o seguinte: como eu explico de onde provém a necessidade de transformação? É da cabeça das pessoas ou da própria sociedade? E para isso a gente tem que responder algumas outras questões, por exemplo, o que distingue os seres humanos atuais daqueles que o antecederam? Por que os seres humanos não continuaram a viver em cavernas, sem escrita, sem escola e quase sem linguagem? Por que se esforçaram tanto para aprender em um local chamado escola? Eu penso que para responder essas e outras questões temos que partir de um pressuposto e o meu pressuposto é o de que os seres humanos, até hoje, são aquilo que eles fazem para prover a sua existência por meio do trabalho. E mais: ao satisfazer suas necessidades, ele cria novas necessidades. E é esse processo que eu estou falando sobre o movimento geral do real.

O ser humano chega a um ponto tal que é capaz de produzir riquezas incomensuráveis. Mas, para isso acontecer, ele gastou pelo menos três séculos. Nesse percurso vemos todo o processo de ruptura do trabalho individual, a constituição do ser social e do trabalho social (do trabalho coletivo). Se não tivermos isso em mente, iremos atribuir à escola qualquer papel, de que ela pode fazer isso ou pode fazer aquilo, de que as pessoas estavam predestinadas a ir para escola, só não fizeram isso antes porque não conheciam a escola etc. Então, no que tange à escola, eu parto da seguinte consideração: as modificações na escola não podem ser tomadas como meramente modificações metodológicas. A mudança metodológica vem exatamente pela modificação da produção da vida humana. São essas últimas

que produzem novos métodos que vão aparecer na escola. A mudança dos métodos é resultado, ou uma consequência, das modificações nas relações humanas, nas relações sociais. É nesse sentido, também, que eu posso afirmar que nenhuma criança estava predestinada a aprender na escola pública, laica e estatal.

No meu texto sobre a relação escola e politecnia eu abordo essas relações, tento discutir a existência da escola como expressão de outras necessidades e a própria escola como uma necessidade histórica. Essa discussão é muito interessante e muito desafiadora. Primeiro, porque educação não é sinônimo de escola. Quem educa são as relações sociais. Então, a escola laica, pública, estatal, constitui uma necessidade histórica. Se lermos o Manacorda, ele vai mostrando quando a escola pública, laica e estatal se torna um problema social. Mas ainda há a crença iluminista de que a escola vai recuperar ou dar jeito no problema que é social.

Ocorre que a escola vai ter que ensinar o que sabe e o que pode. Enquanto ela não sabe o que ensinar, ela vai preservar a forma antiga. Se hoje a escola se reproduz decadentemente, não é porque ela se tornou obsoleta ou porque ela deixa de fazer isso, deixa de fazer aquilo. Na verdade, a precarização da escola é a precarização das próprias relações sociais. Sendo assim, não é por falta de proposta que a escola está com problema. Proposta nós temos, as mais diversas.

Nesse período foi publicado, também, o livro do Ricardo Antunes, “Adeus ao trabalho”. Acho que foi muito importante aquele trabalho dele, porque ele trouxe aquilo que era uma novidade no Japão, a produção flexível, a existência de trabalhador polivalente. Mas hoje, o trabalho é muito mais flexível do que antes! Às vezes, é muito difícil juntar essas discussões, mas é necessário. Então, hoje, que qualificação deve ter o trabalhador da era digital? Ele trabalha com o quê? Em casa? Como é que anda isso? Acho que seria muito importante atualizar questões que permanecem atuais, verificar, na atualidade, o duplo movimento do processo de trabalho: a qualificação cada vez maior do próprio instrumental de trabalho, dado pela automação, pela eletrônica, pela robotização que substituem humanos em tarefas, inclusive, intelectuais.

Então, é relevante compreender o que é a escola e por que ela emerge. Podemos dizer que a escola tomou para si a grandiosa tarefa de fazer a laicização do ensino. Quer coisa mais importante do que isso? Até hoje se tenta fazer voltar a religião para a escola (com diferenças, claro). Então, se a gente não consegue

enxergar que a escola é uma especificidade de múltiplas determinações, como diz o Marx, aí fica difícil, porque você vai atribuir à escola coisas que ela jamais se propôs a fazer e que nunca vai fazer. No meu entendimento, tanto faz a escola particular, a escola pública, a escola profissionalizante. A escola faz exatamente isso que ela se propôs a fazer. Por isso que não dá para fazer um julgamento moral da escola. Se está precarizado o trabalho na escola, é porque tem algo maior que se precariza cada dia mais. Estamos vivendo uma sociedade muito complicada.

Entrevistadoras: Edna, considerando essas posições que você já trouxe, para pensar a relação trabalho-educação, e considerando o cenário político, econômico e formativo, que tem ampliado, intensificado e naturalizado as relações precarizadas de trabalho, gostaríamos de te ouvir um pouco sobre “onde” você considera que ainda poderíamos encontrar possibilidades de lutas no cenário educacional.

Edna: Bem, eu acho que no cenário estritamente educacional, pelo menos nós que trabalhamos na instituição pública, considero ser muito importante fazermos a crítica. Mas não uma crítica qualquer, não é lamentar as mazelas do ensino, lamentar a perda de direitos, os recursos, porque a gente está vivendo uma época, vamos dizer, muito complicada, uma época contra-revolucionária mesmo. Na verdade, a escola está em um campo de forças em luta, e nós estamos vendo várias iniciativas. Por isso que eu compreendo que precisamos fazer a crítica, mas uma crítica radical, enfrentar essas questões. Temos força? Eu acho que estamos muito enfraquecidos. Primeiramente, porque não temos um movimento sindical nosso. Por exemplo, aqui na universidade, não temos. E estamos, também, com dificuldade de nos reunirmos. De certa forma, isso reflete o que acontece no mundo do trabalho, essa divisão do trabalho. Antes você tinha o operariado concretamente ali na fábrica, hoje não, você tem um mínimo de trabalho lá no processo de produção da riqueza.

Vencida a fase mercantil, o capitalista atinge uma fase que ninguém previu, nem sabia que ia chegar, na qual ele passa a dispensar a única força que o reproduz como tal, que é a força viva: o trabalho. E o que temos hoje? Impera o desemprego. Precisamos entender que o desemprego é a impossibilidade de viver do trabalho

realizado para si mesmo e a impossibilidade de viver do trabalho assalariado. Você tem o desemprego na forma de Uber, você tem o desemprego na forma de iFood. São desempregados, não têm proteção alguma. O que estamos vendo? Que o capitalismo chega em um ponto que está destruindo o seu próprio pressuposto. É isso que eu estou chamando de processo de transformação social. O capitalismo vai criando essa base material. Porque a produção coletiva da riqueza é incomensurável, forças capazes de produzir riquezas jamais vistas. Só que tem um problema: temos uma barreira social.

Voltando para a reflexão sobre a escola, o que nutria a escola até há um certo tempo? Qual era o seu princípio educativo em relação ao trabalho? E hoje, que educação nós devemos dar para a maioria das pessoas que estão vivendo o desemprego, ou o subemprego, ou o trabalho precário etc.? O que seria o novo em educação? É a politecnia, como diziam uns anos atrás? Não. O novo é pensar uma sociedade do não trabalho, como dizia o Idaleto. Uma sociedade na qual o trabalho é feito por máquinas automatizadas, mais do que temos hoje, um avanço de forças produtivas que o Capital não pode fazer. Como é que o Capital se reproduz hoje? Cria e destrói, cria e destrói. A gente joga um monte de coisa fora, a gente junta um monte de lixo. O Capital produz coisas obsoletas, a obsolescência programada. E a escola está metida em um impasse histórico: ela afirma uma coisa que a materialidade está negando. Não há possibilidade de trabalho, de venda da força de trabalho para todos. Está negado isso neste momento histórico. É uma minoria hoje nas indústrias. E não há mais essa possibilidade, mesmo que expanda o nível de circulação, de comércio. Aí vem a história do “empreendedorismo”, da meritocracia e a reprodução decadente mesmo da sociedade. É como se as relações sociais estivessem se esvaindo do mundo do trabalho vivo, mas você tem muito mais trabalho incorporado. Retomando a discussão sobre a politecnia, o que se qualifica hoje é o trabalhador coletivo, é a máquina, não é o trabalhador individual mais. Ele não tem mais necessidade histórica de ser qualificado para nada. É uma minoria que é qualificada, justamente para a construção dessas máquinas, para a elaboração desse mundo maquinal.

Que mundo que nós estamos vivendo?! E que educação a gente tem que dar hoje? Eu não sei responder isso. Mas eu acho que a gente tem que pensar uma nova educação. Pensar uma nova educação significa pensar a educação de um novo ser humano, liberto dos grilhões que o acorrentam ao mundo do trabalho, embora o

trabalho esteja se esvaindo. Tinha um texto do Adam Przeworski, que era muito interessante, que quem não tiver trabalho também terá o que comer. O que que acontece no mundo? Olha quantos programas assistencialistas se tem para esfriar esse caldeirão de potenciais revoltas. Porque uma hora isso vai explodir. Há uma expansão do trabalho precário. E o trabalho precário, não é um desemprego? O que é o trabalho precário? A pessoa só aceita porque não tem alternativa. É o subemprego.

É muito impressionante, porque a gente quer achar que a escola, estritamente falando, dá conta de resolver um problema que é social. Continua-se dizendo: “eu qualifico para o mundo do trabalho”. E o que é pior: o que as pessoas têm apresentado sobre o que é o trabalho na escola? Eles estão presos ao trabalho útil. Mas o interessante de ver nesse processo, por mais sofrimento que ele traga, por mais destruidor que seja a sociedade burguesa – e ela é cruel – é reconhecer que essa sociedade criou a base material adequada para a emancipação humana. E a gente tem que fazer as lutas de avanço nesse processo de emancipação humana.

A meu ver o problemático cenário histórico atual ameaça a própria perpetuação da educação pública estatal gratuita, em todos os níveis. Iniciativas como privatização da educação, escolas cívico-militares, homescooling, venda de escolas, parcerias públicas privadas, precarização do trabalho docente, inserção de plataformas digitais no processo ensino-aprendizagem, dentre outras, constituem formas de destruição do processo educacional vigente para torná-lo uma outra coisa. Que respostas profissionais da educação têm dado a essas ameaças?

Penso que os trabalhadores da educação precisam se organizar no seu local de trabalho e, nacionalmente, com outros trabalhadores, a fim de travar lutas coletivas. A defesa da escola pública é, igualmente, a defesa da existência docente. A extinção da profissão “professor”, antes que a história o faça, pode aprofundar o obscurantismo que ronda ameaçadoramente a sociedade. Imaginem se todos os médicos que fazem triagem de pacientes, que decidem prioridade e encaminhamentos, fossem substituídos por atendimentos médicos pela IA, o que aconteceria? Certamente o número de óbitos aumentaria expressivamente, pelo menos.

Agora, a dificuldade de organização, é isso que eu falei. Ninguém tem a resposta, né? A gente tenta, chama, chama, chama. Não vemos respostas. Porque sim, estamos trabalhando muito e não damos conta. Os que ficam, trabalham como

nunca trabalharam antes. A luta por uma educação pública, de qualidade, continua. Essa luta, não podemos abrir mão. Porque no dia em que se privatizar essas instituições, a escola básica e a universidade, a gente não poderá nem sequer fazer isso que estamos fazendo hoje. Seremos vigiados. A tendência é essa. Por isso, não podemos abrir mão de lutar por uma educação pública de qualidade.